



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000306115

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2006052-07.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são agravantes FERNANDA DOLORES PANTONI (HERDEIRO), RENATO DE SOUZA (HERDEIRO) e RENATO VICENTE MENDONÇA DE SOUZA (HERDEIRO), são agravados SÃO PAULO PREVIDÊNCIA e ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MAGALHÃES COELHO (Presidente sem voto), ALIENDE RIBEIRO E VICENTE DE ABREU AMADEI.

São Paulo, 28 de março de 2025.

RUBENS RIHL

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Agravo de

Instrumento nº: 2006052-07.2025.8.26.0000

Agravantes: **FERNANDA DOLORES PANTONI E OUTROS**

Agravado: **ESTADO DE SÃO PAULO**

Comarca: SÃO PAULO

Voto: 36.268

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - Irresignação em face da r. decisão que deferiu o pedido de habilitação dos herdeiros e sucessores da falecida, visando à continuidade da regularidade processual, sem alteração da titularidade do crédito, e indeferiu o pedido de levantamento dos valores depositados judicialmente - Irresignação recursal que comporta acolhimento - A sucessão processual *mortis causa* deve ocorrer pelo espólio ou pelos sucessores (art. 110, CPC/2015) - A habilitação direta, independentemente da abertura de inventário, é viável quando não há impugnação, inexistindo patrimônio a inventariar e sendo desnecessária a dilação

probatória (art. 691, CPC/2015 e STJ, AgRg no REsp 1652426/RS) - No caso em tela, não há bens a inventariar - Certidão de óbito confirma a condição de herdeiros dos agravantes - Possibilidade de habilitação dos agravantes e levantamento de valores sem a exigência de apresentação de escritura pública ou de decisão judicial proferida pelo juízo competente nas áreas de família ou sucessões - Precedentes deste E. Tribunal de Justiça e desta C. Câmara de Direito Público - Decisão reformada - **RECURSO PROVIDO.**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por FERNANDA DOLORES PANTONI E OUTROS, objetivando a reforma da r. decisão copiada às fls. 33/39, na qual, no incidente de requisição de pequeno valor 0034572-90.2018.8.26.0053/31, movido em face do ESTADO DE SÃO PAULO, o Juízo *a quo* condicionou o levantamento de valores pelos herdeiros à "*apresentação de escritura pública/decisão judicial proferida pelo juízo competente (família/sucessões)*".

Inconformada, recorre a parte agravante narrando, em síntese, que, em virtude do falecimento da coautora Vera Aparecida Mendonça de Souza, procedeu-se à habilitação processual direta dos respectivos herdeiros como forma de regularizar a representação processual, para fins de levantamento do crédito em favor dos herdeiros. Aduz, todavia, que a Magistrada a quo, apesar

de homologar a habilitação processual dos herdeiros, condicionou o levantamento de valores à apresentação de inventário ou sobrepartilha. Argumenta que, nos termos do artigo 110 do Código de Processo Civil, ocorrendo a morte da parte, a sucessão será feita pelo espólio, representado pelo inventariante, ou a sucessão será feita diretamente por todos seus sucessores, sendo certo que a estes se sub-rogam todas as capacidades processuais que possuía o de cujus. Defende, assim, que o óbice imposto ao levantamento do crédito que ostenta natureza alimentar não pode prevalecer, haja vista a regularidade comprovada nos autos do processo principal. Entende que, além de ser excesso de formalismo, a condicionante imposta afronta a legislação processual em vigor, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Cita precedentes.

Pugna, assim, seja recebido e provido o presente recurso, dando-lhe integral provimento para *"reformular a r. decisão interlocutória proferida pela Magistrada a quo com a finalidade de dispensar a necessidade de abertura de inventário, permitindo o levantamento do crédito diretamente pelos herdeiros"*.

Agravo tempestivo, recolhido o preparo e dispensada a instrução, nos moldes do parágrafo 5º, do artigo 1.017, do Código de Processo Civil, por serem eletrônicos os autos. Nada obstante a parte agravante acosta aos autos os documentos de fls. 12/43.

Indeferida a antecipação da tutela recursal (fls. 45/47), com decurso do prazo *in albis* para resposta da parte agravada certificado à fl. 56.

Observado o prazo estabelecido pela Resolução nº 772/2017 do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Egrégio Tribunal de Justiça, não houve oposição ao julgamento virtual.

É, em síntese, o relatório.

Bem examinada a questão posta em Juízo, vê-se que a irresignação recursal comporta provimento.

Com a morte da exequente, é imperiosa a regularização do feito por meio da sucessão processual, com a habilitação do seu espólio ou de seus herdeiros, na forma estatuída no art. 110 do Código de Processo Civil.

Nessa dicção, o CPC dispõe que a habilitação poderá ser requerida nos autos pelos sucessores do falecido, bem como determina que o juiz decidirá imediatamente tal pedido, nos termos do artigo 688 e 691.

Como se percebe, o CPC determina, como regra, que o pedido de habilitação seja decidido imediatamente, salvo nas hipóteses em que se necessitar de dilação probatória diversa da documental. Nesse contexto, observa-se que, no caso em tela, a certidão de óbito apresentada à fl. 244 dos autos originários informa que inexistem bens a inventariar, tampouco testamento, de modo que se conclui ser possível a habilitação direta dos sucessores do falecido, haja vista a desnecessidade de dilação probatória.

Nesse mesmo sentido, assim já entendeu o E. Superior Tribunal de Justiça:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO.
AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO DA
MATÉRIA. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA.**

HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS NO PROCESSODE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE ABERTURA DE INVENTÁRIO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO DA AUTARQUIA ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código. 2. Não há falar em ausência de prequestionamento da matéria debatida, uma vez que ocorreu o prequestionamento implícito dos dispositivos ditos como violados no acórdão recorrido. 3. Conforme o entendimento desta Corte Superior, a habilitação dos herdeiros no processo de execução prescinde da realização de inventário, podendo ser feita pelos sucessores do de cujus na forma dos arts. 1.055 e seguintes do CPC/1973. 4. Agravo Interno da Autarquia Federal a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1652426/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2020, DJe 17/11/2020)

Na mesma toada, é o entendimento desta E. Corte Bandeirante:

AGRAVO DE INSTRUMENTO — Ação ordinária em fase de cumprimento de sentença — Noticiado nos autos o falecimento de um dos autores — Decisão que condicionou a habilitação dos herdeiros e o levantamento de valores à apresentação do formal de partilha ou sobrepartilha constando o crédito constituído nos autos — Ausência de bens a inventariar — Desnecessidade de prévia abertura de inventário pelos sucessores — Recurso provido.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(TJSP; Agravo de Instrumento 2078963-17.2025.8.26.0000; Relator (a): Luís Francisco Aguilar Cortez; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 7ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 26/03/2025; Data de Registro: 26/03/2025)

Da mesma forma, tampouco há necessidade de instauração de inventário, uma vez que, como acima apontado, a certidão de óbito indica a inexistência de bens a inventariar. Diante de tal circunstância, é permitido o levantamento dos valores depositados judicialmente independente da realização de inventário.

Assim já deliberou esta C. 1ª Câmara de Direito Público em casos análogos: Agravo de Instrumento 2078963-17.2025.8.26.0000, Relator Luís Francisco Aguilar Cortez, j. 26/03/2025; Agravo de Instrumento 2058709-23.2025.8.26.0000, Relator Marcos Pimentel Tamassia, j. 25/03/2025; Agravo de Instrumento 2066840-84.2025.8.26.0000, Relator Vicente de Abreu Amadei, j. 21/03/2025.

Diante do exposto, de rigor o provimento do recurso, a fim de se permitir a habilitação dos herdeiros da exequente nos autos de origem e, após a realização de tal ato, permitir em favor destes o levantamento dos valores depositados judicialmente.

Ressalta-se, em remate, que o presente acórdão enfocou as matérias necessárias à motivação do julgamento, tornando claras as razões pelas quais chegou ao resultado. A leitura do acórdão permite ver cristalinamente o porquê do decisum. É o que basta para o respeito às normas de garantia do Estado de Direito, entre



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

elas a do dever de motivação (CF, art. 93, IX), não sendo mister divagar sobre todos os pontos e dispositivos legais citados pela recorrente.

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considero prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de prequestionamento, a abordagem pelo Tribunal recorrido da matéria federal suscitada, ainda que não mencionados os específicos dispositivos legais violados, abre a via do recurso especial (AgInt no AREsp n. 2.292.733/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 19/8/2024, DJe de 22/8/2024).

Deixa-se consignado, por derradeiro, que eventuais recursos que sejam apresentados em decorrência deste julgado estarão sujeitos a julgamento virtual. No caso de discordância, deverá ela ser manifestada no momento de apresentação do novo recurso.

Daí porque, em tais termos, dá-se provimento ao recurso.

RUBENS RIHL

Relator